

O patrimônio cultural frente às grandes intervenções urbanas e parcerias

Marcia Sant'Anna²



RESUMO

Texto resultado da palestra no Fórum Circular – Patrimônio, Cidadania e Sustentabilidade, realizado em Belém (PA), proferida em 28/09/2018; foi elaborado a partir do Posfácio do livro *A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990*, publicado em Salvador pela EDUFBA, em 2017, da mesma autora. Aborda questões relativas às grandes intervenções urbanas no Brasil recente. Demonstra incapacidade dessas intervenções em solucionar problemas de áreas centrais degradadas e indica que os atores sociais atingidos por tais intervenções não assistem com passividade os processos.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Intervenções urbanas. Cidades. Parcerias público-privadas.

1 Este texto foi objeto de palestra no Fórum Circular – Patrimônio, Cidadania e Sustentabilidade, realizado em Belém (PA) com o apoio da Universidade Federal do Pará e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, proferida em 28/09/2018; foi elaborado a partir do Posfácio do livro *A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990*, publicado em Salvador pela EDUFBA, em 2017, da mesma autora.

2 Arquiteta e urbanista, mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professora da Faculdade de Arquitetura, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da UFBA.

ABSTRACT

Text resulting from the conference at the Circular Forum - Heritage, Citizenship and Sustainability, held in Belém (PA), rendered on 09/28/2018; was elaborated from the post-book of the book *A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990*, by EDUFBA, in 2017. The text is about the great urban interventions in recent Brazil. It demonstrates the inability of these interventions to solve problems in degraded central areas and indicates that the social actors affected by such interventions do not passively watch the processes.

Keywords: Cultural Heritage. Urban interventions. Cities. Public-private partnerships.

INTRODUÇÃO

Esta intervenção ressalta a articulação entre os processos de produção, consumo e acumulação capitalista e os de produção do espaço urbano por meio de intervenções ditas de “regeneração”, “recuperação”, “reabilitação” ou “requalificação” de setores centrais de grandes cidades. Conforme observa David Harvey (2011), as crises financeiras do capitalismo têm adquirido maior frequência e profundidade a partir dos anos 1970, inicialmente, em decorrência da retração de um mercado consumidor progressivamente impactado pela precarização das relações de trabalho. A incitação ao consumo e o aumento do endividamento foram estratégias adotadas para a reversão desse quadro, o que resultou também em crises avassaladoras, como a de 2008, provocada pelo estouro da bolha do setor imobiliário nos Estados Unidos (HARVEY, 2011, p.13).

A despeito do deslocamento geográfico da produção industrial, da exportação de capital para países em desenvolvimento, da queda de barreiras alfandegárias e dos demais ajustes empreendidos a partir dos anos 1970, as margens de lucro da economia capitalista voltaram a cair nos anos 2000, o que promoveu cada vez mais a entrada de capitais na especulação com ativos financeiros. A crescente produção de excedentes, do que Harvey chama de “capital fictício”, em constante busca por aplicações rentáveis, estaria na origem das crises financeiras atuais (HARVEY, 2011, p. 32- 33).

Nesse cenário, a urbanização tornou-se uma das principais formas de absorção desses excedentes, o que, com a integração dos mercados financeiros, tornou-se, ainda, um fenômeno global, impulsionado, nos países capitalistas mais avançados e, em seguida, nos periféricos, por projetos urbanos lastreados em sistemas de crédito e hipotecas abertos a investidores de todo o mundo (HARVEY, 2011, p. 143). A transformação da moradia em mais um desses ativos financeiros a produzir bolhas imobiliárias deriva dessa mesma lógica e constitui também um fenômeno global, como mostra Raquel Rolnik (2015, p. 21-129). Esta autora avalia que a política habitacional, que era subsidiada, foi “privatizada”, ou “financeirizada”, e, assim, transformada em mais um sistema de crédito posto à disposição dos capitais privados.

Mas por que a moradia e o espaço construído surgem nas primeiras décadas do século XXI como fronteiras privilegiadas de reprodução do capital financeiro? Na medida em que o imóvel é um ativo e, ao mesmo tempo, uma garantia do investimento, ele exerce importante papel na contabilidade dos fundos de investimento, o que ajuda a explicar porque o financiamento de operações urbanas e de moradias muitas vezes se descola dos usos e de demandas reais (Rolnik, 2015, p. 143-155). Os sistemas de crédito têm, então, como uma das suas principais finalidades a remuneração do capital investido, sendo essa uma das razões porque cidades das mais distintas partes do mundo apresentam intervenções urbanas e produtos imobiliários muito semelhantes, tanto em suas áreas centrais, como em vazios urbanos e áreas de expansão. Produtos que ficam, muitas vezes, vazios, o que, na realidade, não constitui um problema, pois o seu registro contábil no fundo de financiamento, como ativo, é o que de fato importa.

Embora com filiações teóricas e ideológicas distintas, diversos autores que examinam o capitalismo contemporâneo, como Harvey (2011), Jappe (2015), Rolnik (2015) e Piketty (2014), apontam o progressivo esgotamento da capacidade global de crescimento econômico e, portanto, de absorção dos excedentes de capital e de sua incorporação à produção e ao

consumo. Mostram também que a saída encontrada tem sido uma ampliação desmesurada do crédito – aplicado, principalmente, na aquisição de patrimônio imobiliário e na produção do ambiente construído – e a busca de taxas adequadas de acumulação do capital a partir de outros investimentos financeiros. Com isso, o capitalismo contemporâneo tem adquirido um caráter cada vez mais patrimonialista, financeiro, especulativo e concentrador.

No que diz respeito ao ambiente construído, o objetivo dos investidores não é mais, portanto, lucrar com o seu desenvolvimento e transformação, mas lucrar com essa possibilidade, independentemente de que uma transformação do ambiente venha ou não a se realizar. Ou seja, o espaço construído é acessado pelo capital como um conjunto de ativos passíveis de exploração no mercado financeiro ou, ainda, como fonte de produção de papéis negociáveis no mercado, que não mantêm, necessariamente, vínculo com demandas reais de provisão de novas estruturas urbanas.

Esse “fenômeno global de urbanização” (HARVEY, 2011, p. 137-147), que se manifesta em projetos urbanos “espetaculares” que buscam atrair investidores de todo o mundo, desempenha importante papel no processo de acumulação capitalista. Se, nos anos 1990, eles pareciam ter um vínculo necessário com o patrimônio urbano ou, mais genericamente, com estruturas urbanas pré-existentes, o que se verifica atualmente é uma relativa perda de importância desse aspecto. Embora o patrimônio e a paisagem histórica sejam ainda elementos que distinguem o espaço urbano, e sua preservação ainda funcione como um discurso legitimador de operações dessa natureza, verifica-se o crescimento da importância da criação e disponibilização de potenciais construtivos, claramente exagerados, ao lado da produção de imagens promocionais carregadas de uma arquitetura “corporativa”, lúdica e high tech como principais elementos de atração. No Brasil, a operação urbana consorciada Porto Maravilha, na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro ilustra bem esse tipo de processo.

A OUC PORTO MARAVILHA

Estudos realizados nos anos 1990 mostravam que a manutenção da importância do centro do Rio de Janeiro na estrutura urbana, num contexto em que sua Área Central de Negócios já exibia sinais claros de diminuição de dinâmica e dificuldades de expansão, dependiam do desenvolvimento e do fortalecimento do uso habitacional no seu entorno e do reforço de algumas funções centrais. Esta tendência de estagnação se manteve nos anos 2000. Atualmente, observa-se que o centro dessa cidade vem passando por transformações importantes, a partir da implementação de uma política municipal de seu fortalecimento como um centro histórico, a partir da escolha do Rio como sede da Copa do Mundo de 2014 e da Olimpíada de 2016, bem como da implementação da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha. Essas iniciativas impulsionaram a realização de grandes obras públicas de modernização e provisão de infraestrutura, que, em determinados setores centrais, como a Lapa, lograram atrair alguns investimentos privados na instalação de restaurantes, hotéis e outras atividades (ROSA, 2014, p. 155-161; e BRODE & SAMPAIO, 2012, p. 01-05).

A dinâmica imobiliária para usos comerciais na área central dava, assim, sinais de aquecimento no começo da década de 2010, com aumento significativo de unidades ofertadas, após décadas de estagnação. A ocupação de vazios na Av. Presidente Vargas e na Cidade Nova com alguns lançamentos comerciais importantes (BRODE & SAMPAIO, 2012, p. 16), imprimiram mudanças no entorno, promovendo a reabilitação de imóveis

mais antigos para uso comercial e uma significativa valorização imobiliária – neste caso, da ordem de 450% (ROSA, 2014, p. 197-198).

As transformações acima descritas não ocorreram, contudo, de modo homogêneo na área central e vincularam-se, claramente, a determinados setores que, ao longo dos anos 2000 e 2010, foram alvo de políticas específicas e investimentos públicos. A Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha foi impulsionada por esses sucessos relativos, passando a ser, a partir de 2009, uma das principais âncoras da revitalização da área central. Sucedeu a uma série de projetos que remontam ao começo dos anos 1990³, a operação atual teve início com a promulgação de um conjunto de leis complementares⁴, que modificaram o Plano Diretor vigente, instituíram novos parâmetros urbanísticos para a zona portuária e criaram a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto (CDURP) – empresa de economia mista controlada pela prefeitura e criada para gerir a operação.

A operação Porto Maravilha pode ser vista então como um ponto culminante dos projetos anteriores que definiram a zona portuária como um vetor de expansão da Área Central de Negócios a ser alimentado por meio de modernização viária, implantação de novos sistemas de transporte, usos múltiplos e de inserção de empreendimentos-âncora voltados para a função cultural na Praça e no Pier Mauá. Projetos que se apropriaram do patrimônio histórico desta zona como insumo para a produção de vantagens competitivas, e propunham a gestão das intervenções por meio de parcerias público-privadas.

Mas há também novidades na operação atual (DINIZ, 2013, p. 87-88; GALIZA, 2015, p. 86): a afirmação categórica de sua viabilidade apoiada no bom momento econômico que o país, o estado e o município do Rio de Janeiro viviam em 2009, e a absorção, na íntegra, de documento elaborado pelo consórcio de empresas – OAS, Odebrecht e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia – no projeto de lei que instituiu a operação – consórcio que ganhou, em 2010, a licitação para a execução da operação urbana. A partir de 2011, com base no instrumento da “concessão urbanística”, este grupo de empresas, que passou a constituir o “Consórcio Porto Novo”, incorporou também as tarefas de manutenção, operação e administração dos serviços municipais e dos demais serviços decorrentes da revitalização da zona portuária (GALIZA, 2015, p. 90).

A OUC Porto Maravilha envolve obras viárias, implantação de sistema de transporte, mobilidade, saneamento, construção de túneis, mudanças no sistema viário (decorrentes da demolição do antigo Elevado da Perimetral) e a construção de projetos-âncoras como o AquaRio, o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR) e o Museu do Amanhã (DINIZ, 2013, p. 83-84). Embora definida como operação urbana, a OUC Porto Maravilha não continha, em sua versão inicial, componentes ligados à produção habitacional de interesse social, à regularização fundiária ou à participação social, apesar de a maior parte dos imóveis da zona ser de propriedade pública e a despeito do que determina o Estatuto da Cidade para

3 Proposta de Revitalização da Área Portuária da Gamboa (1991); Projeto de Estruturação Urbana da Área Portuária e Área de Especial Interesse Urbanístico da Zona Portuária (1992), Programa Nacional de Revitalização de Áreas Portuárias e Projeto Pier Mauá (1993), Porto do Rio: Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro (2001-2006) e Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais e GT Interministerial para a Região Portuária do Rio de Janeiro (2003).

4 Leis Complementares nº 001/2009 e 002/2009..

esse tipo de instrumento de política urbana⁵. O programa “Habitação no Porto Maravilha” surgiu somente em 2014 para responder às críticas relativas ao descaso com a população local, incorporar a criação de incentivos fiscais para projetos habitacionais de classe média, e para atender às pressões do Ministério das Cidades, que exigiu a elaboração de um plano de habitações de interesse social na área da operação (GALIZA, 2015, p. 115).

O financiamento da operação Porto Maravilha baseia-se na emissão de 6.436.022 CPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), correspondentes a cerca de 5 milhões de m² de potencial construtivo novo criados na área, o que ancorou o discurso da municipalidade de que a execução dessas obras não comprometeria recursos públicos e que os custos e riscos da operação seriam divididos com a iniciativa privada. Este custo, estimado em R\$ 8 bilhões, foi em parte viabilizado por meio da compra de todos os CPACs disponíveis pela Caixa Econômica Federal (CEF), ao preço inicial de R\$ 545,00, com uso de R\$ 3,5 bilhões provenientes do FGTS. Assim, para que o custo total da operação venha a ser financiado é preciso que esses CPACs se valorizem, atingindo, pelo menos, o dobro do seu preço inicial e, obviamente, sejam comercializados no mercado⁶. É fácil concluir, diante disso, que os riscos da operação foram assumidos integralmente pela CEF e pelo FGTS.

Apesar de ainda não concluída e muito distante do seu fim, a operação Porto Maravilha já produziu mudanças na zona portuária. A nova Praça Mauá e os museus-âncoras, MAR e do Amanhã, têm levado um novo público ao setor, o que foi magnificado durante os Jogos Olímpicos, mas esse fluxo tem sido mantido à custa da promoção de eventos neste local. As linhas de VLT instaladas, especialmente a que liga a rodoviária ao aeroporto Santos Dumont, têm sido utilizadas pela população e melhorado a falta de transporte público de alta capacidade nesta parte da cidade. A demolição do Elevado da Perimetral produziu uma nova paisagem urbana, permitindo a visão desimpedida de um patrimônio arquitetônico art déco e moderno importante, até então, encoberto por esta via. Mas os impactos negativos sobre a população residente são visíveis na alta dos aluguéis nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, na saída de locatários tradicionais, que não conseguem mais pagar os aluguéis pedidos, e num aumento geral da ordem de 500% nos preços dos terrenos da região (GALIZA, 2015, p. 92-93).

A crise política e econômica que se instalou no Brasil, a partir de 2014, coloca sérias dúvidas sobre o futuro dessa operação, sobre a concretização dos investimentos privados previstos e, principalmente, sobre o retorno do dinheiro público já investido por meio da valorização dos CPACs. Avaliações realizadas em 2014 já apontavam taxas altas de vacância dos imóveis comerciais no Rio de Janeiro e em São Paulo (GALIZA, 2015, p. 93-94), e, atualmente, um rápido passeio pelas áreas da operação urbana que concentram as maiores taxas de potencial construtivo mostra quão pouco foi construído. Mais que isso: o pouco que foi construído se encontra vazio. Contrariamente à expectativa inicial de que, em 2013, 25% dos CPACs estariam

5 A União é proprietária de 62% dos imóveis, o Estado do Rio de Janeiro é de 7% e o Município de 6%, perfazendo um total de 75%. Os 25% restantes pertencem a particulares (GALIZA, p. 95).

6 Galiza (2015, p. 98) informa que um setor específico foi criado na CEF para administrar os recursos dos fundos imobiliários do Porto Maravilha que esta instituição financeira administra: o Fundo Imobiliário da Região do Porto (FIRP) e o Fundo Imobiliário do Porto Maravilha (FIPM). O FIRP atua como pagador (tem natureza fiduciária) e o FIPM é o fundo de investimento que comprou, em leilão, todos CPACs disponíveis (GALIZA, 2015, p. 108-111).

vendidos (GALIZA, 2015, p. 112), o site oficial do Porto Maravilha (que não por acaso parou de ser atualizado neste aspecto em 2016) informa que apenas 8,74 % dos CPACs disponíveis haviam sido comercializados⁷.

Apesar desses números, que colocam em xeque a viabilidade econômica e financeira da operação, moradores do Morro da Providência foram removidos para dar lugar a um teleférico turístico⁸ e pessoas sem-teto foram expulsas de prédios públicos vazios, para “dar lugar à produção de imóveis corporativos e comerciais” (GALIZA, 2015, p. 46).

O patrimônio urbano existente na zona portuária foi apropriado na OUC Porto Maravilha de modo semelhante ao que já ocorria nas operações dos anos 1990, ou seja, como elemento estético, de distinção, que favoreceria a atração de atividades comerciais, turísticas, de serviços e lazer, e, ainda, como modo de legitimar esta intervenção por meio de projetos que visam a sua recuperação e valorização. Essa função legitimadora do patrimônio cultural surge claramente no discurso que fundamenta o “Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana” localizado na área da operação urbana. Trata-se de um roteiro turístico que articula diversos espaços de origem, destinação e apropriação distintas (como o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos, o Jardim do Valongo, a Pedra do Sal e o atual Centro Cultural José Bonifácio) a uma narrativa que valoriza testemunhos urbanos, mas ignora as mazelas sociais e o racismo legados pela escravidão, ao desvincular esses espaços históricos da população pobre, e majoritariamente afrodescendente, que habita as favelas desta zona e ao inseri-los numa apropriação museológica voltada principalmente para o lazer urbano (PIO, 2014).

A OUC Porto Maravilha surge, assim, como uma referência e um emblema do contexto atual das intervenções em áreas centrais e portuárias no Brasil, não somente pela sua “arquitetura” legal, projetual e financeira, pela função que nela assume a iniciativa privada e pelo papel estratégico desempenhado pelo poder público na sua viabilização, mas pelo modo como demonstra a permanência da tendência, que já se verificava nos anos 1990, de crescimento da importância dos poderes executivos, particularmente o municipal, como instâncias viabilizadoras desse tipo de intervenção. Mostra também o papel do Governo Federal como instância financiadora e apoiadora, inclusive, por meio da modificação de aparatos legais federais, como as alterações procedidas na natureza e nas regras do FGTS (GALIZA, 2015), que possibilitaram que seus recursos fossem aplicados na compra e todos os CPACs do Porto Maravilha. Esta operação mostra, ainda, o fortalecimento e a consolidação do papel formulador e executor de políticas públicas que empresas construtoras cada vez mais vêm adquirindo, para além daquele, mais usual, de principais beneficiárias da intervenção.

As chances de concretização das expectativas dessa operação urbana, em termos de atração de novas atividades, usuários e de novos moradores para a zona portuária do Rio e de preservação do patrimônio edificado que ali se encontra, contudo, permanecem cada vez mais incertas, a despeito de todo o investimento público realizado até agora e a despeito

7 Informações extraídas da planilha constante de http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/canal_investidor/planilha_estoques-2t16.pdf, acesso em 11/09/2018.

8 Ação denunciada no filme *Casas Marcadas* dirigido por Adriana Barradas, Alessandra Schimite, Ana Clara Chequetti, Carlos R. S. Moreira, Éthel Oliveira e Juliette Lizeray, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=xao_4b8DJ_k..

das alterações que ela já promoveu na paisagem urbana. A crise política e econômica atualmente instalada coloca seriamente em questão essas expectativas, o que é reforçado pela permanência da postura contraditória da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que deseja desenvolver a área central como uma nova fronteira dinâmica de investimentos imobiliários, mas, ao mesmo tempo, incentiva os vetores de produção imobiliária na Zona Sul e na Barra da Tijuca.

Mas o Porto Maravilha mostra também o crescimento da importância dos movimentos sociais de resistência, de reivindicação de participação e de afirmação de direitos relacionados à cidade e ao patrimônio cultural – algo que era incipiente nos anos 1990 no Rio de Janeiro. Sob diversas formas, e com o apoio e assessoria de organizações e setores da sociedade, esses movimentos têm denunciado ilegalidades e afrontas ao interesse público, expulsões de moradores e a concentração de benefícios privados a partir de intervenções financiadas pelo poder público. As chances que têm, contudo, de prevalecer e de modificar o rumo dessas ações permanecem pequenas. Essa dificuldade foi, há poucos dias, duramente ilustrada no episódio da destruição do Museu Nacional por um incêndio de grandes proporções, algo que teria sido facilmente evitado se recursos públicos tivessem sido destinados a tempo para resolver os graves problemas de segurança daquele edifício – problemas que eram conhecidos por todos e que vinham sendo divulgados há muito tempo. Ao invés disso, pareceu aos governantes do Rio de Janeiro mais importante investir, entre recursos do Tesouro e outros oriundos de renúncia fiscal, mais R\$ 200 milhões na construção do Museu do Amanhã, um equipamento cultural que não tem acervo e nem de longe exerce as funções de centro de pesquisas e de produção de conhecimento exercidas pelo o nosso mais antigo e importante museu.

Na década atual, apesar das especificidades locais que interferem nos resultados de operação urbanas como a do Porto Maravilha, assiste-se ao surgimento de uma espécie de adaptação nacional de modelos internacionais de projetos urbanos, que remontam aos anos 1980. Essa adaptação fundamenta-se na aplicação do instrumento operação urbana consorciada a áreas dotadas de apelos culturais, históricos e/ou paisagísticos; no financiamento dessas operações por meio da negociação de títulos mobiliários no mercado lastreados por fundos públicos; na implementação de planos urbanísticos formulados por empresas privadas, e, por fim, na concessão da exploração dos serviços urbanos e dos ativos imobiliários gerados pela operação a essas empresas. Embora com nova roupagem e com instrumentos aperfeiçoados, as operações urbanas, projetadas ou em curso, atualmente, nas áreas centrais deterioradas e esvaziadas de cidades brasileiras, ainda estão por demonstrar sua capacidade de transformação dos quadros existentes nos moldes que projetam. Nelas é possível também perceber a continuidade de uma concepção de patrimônio urbano, construída nos anos 1990, que dá proeminência às fachadas e desconsidera os demais elementos materiais e imateriais que o compõem. Mas, ao mesmo tempo, percebe-se um certo rebaixamento da importância do patrimônio como atrativo e chamariz visual das atuais operações, e sua substituição pela criação de objetos arquitetônicos de grande ousadia formal ou pela divulgação de imagens de futuros edifícios que reproduzem o padrão internacional fálico-lúdico das torres corporativas.

Nos anos 1990 já se percebia que as intervenções urbanas dessa natureza teriam como um dos seus efeitos despertar a consciência social sobre sua incapacidade de acolher e solucionar demandas sociais e urbanas, bem como de reverter processos de esvaziamento funcional e de degradação de áreas centrais. Os últimos anos têm mostrado que isso, de fato,

ocorreu, mas têm demonstrado também que os segmentos sociais afetados negativamente por essas intervenções não são mais espectadores passivos ou tímidos. Cada vez mais, e decisivamente, eles têm sido atores fundamentais das conjunturas urbanas e políticas onde essa nova forma de cidade-atração busca se implantar.

REFERÊNCIAS

BRODE, A. de L.P.; SAMPAIO, A. R. *Políticas Urbanas e Patrimônio Cultural: paradoxos e diálogos na área urbana central do Rio de Janeiro*. Anais do 54o Congresso Internacional de Americanistas – *Construyendo diálogos en las Americas*. Viena, Austria, Julio 15-20, 2012, 17 p (pdf).

DINIZ, N. *Da emergência do imaginário da revitalização ao Porto Maravilha*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, Rio de Janeiro, 2013.

GALIZA, H. R. S. *Reabilitação de Áreas Centrais sem Gentrificação*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2015.

HARVEY, D. *O enigma do capital: as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

JAPPE, A. We Gotta Get Out of This Place – In: *Conversation with Alastair Culture*, September 8th, 2015. Disponível em: <http://www.brooklynrail.org/2015/09/field-notes/anselm-jappe-with-alastair-hemmens>. Acesso em 13/04/2016.

ROLNIK, R. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSA, R. M. *Espetáculo urbano ou urbano como espetáculo: a Lapa (en) cena*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2014.

PIKETTY, T. *O Capital do século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIO, L. G. *Do Corredor Cultural ao Porto Maravilha: mudança de paradigma? Anais do V Seminário Internacional – Políticas Culturais*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 7 a 9 de maio de 2014, 17 p.